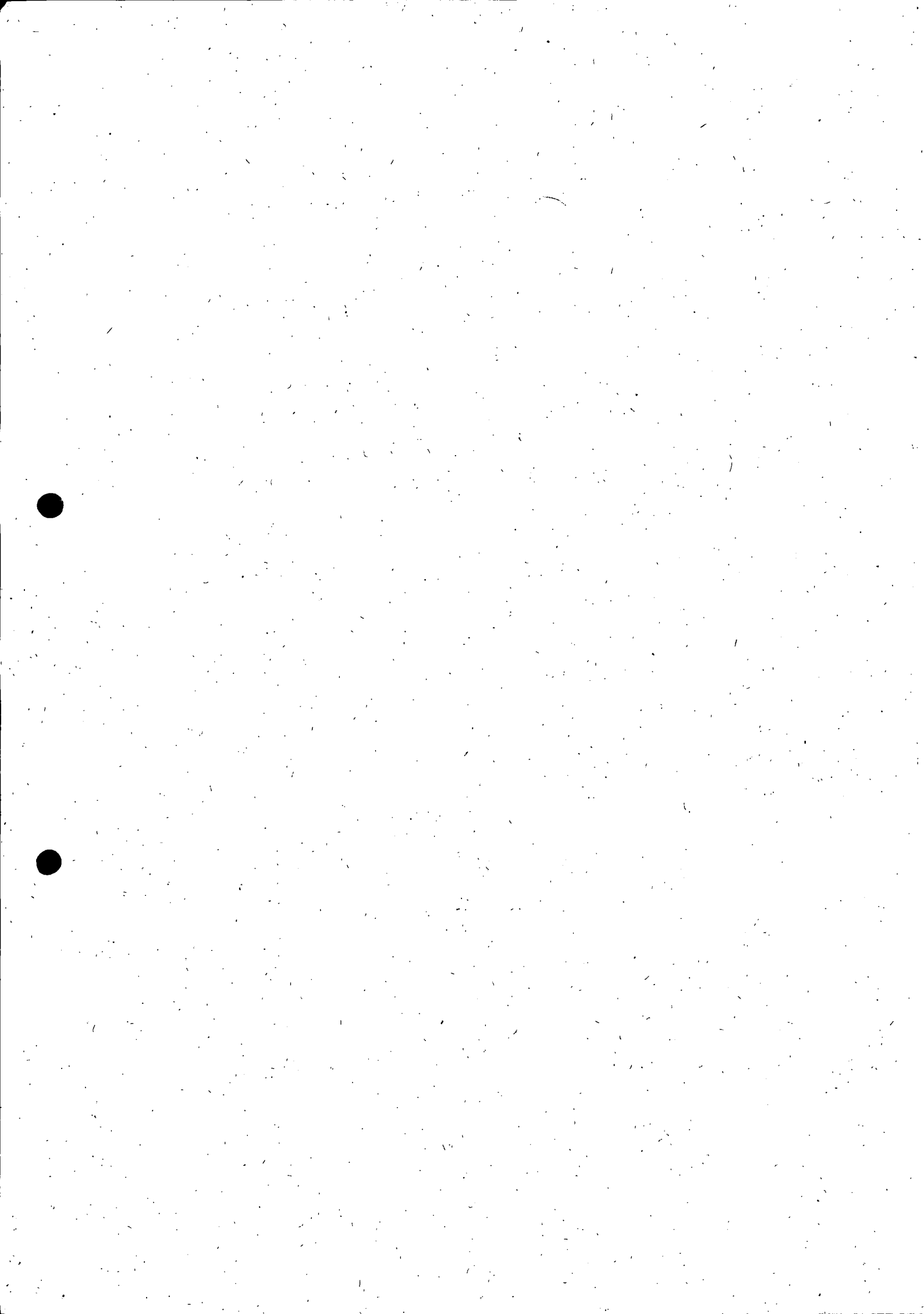


## ATA DA NONAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, na sala 328 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e quinze minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNSP) reuniu-se em sessão ordinária com a presença dos seguintes membros: Rogerio Guimarães, representante titular do Ministério da Justiça (MJ) e Presidente desta Sessão; Myron Moraes Pires, representante suplente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Augusta Aiko Umeda Kuhn, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Luiz Clóvis Guido Ribeiro, representante titular da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ausente, justificadamente, os representantes da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata.

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, os conselheiros foram informados da impossibilidade de comparecimento da presidente do conselho e do vice-presidente à reunião em virtude de compromissos imprevisíveis e urgentes. Diante dessa situação cumpriu-se o disposto no § 2º do artigo 6º do Regimento Interno do CGFNSP: *“Na ausência simultânea do presidente e do vice-presidente, a reunião será presidida por membro escolhido pelo colegiado antes do início da sessão”*. Os conselheiros deliberaram pela escolha do conselheiro Rogério Guimarães para presidir a sessão. O presidente, após saudar os presentes, informou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 97ª Reunião Ordinária; 2) Apreciação de 25 propostas estaduais/municipais/IES aprovadas pela Presidente, ad referendum, conforme art. 20 do RI-CGFNSP; 3) Apreciação de 11 TED's com Instituições de Ensino Superior - IES Federais; 4) Autorização para o pagamento de despesas no âmbito do Contrato nº 45/2013, celebrado entre a SENASP e o Serviço Federal de Processamento de Dados; 5) Apreciação do Termo de Execução Descentralizado entre a SENASP e a SESGE, visando manter e garantir que os padrões de integração dos órgãos de segurança pública e defesa social ocorridos durante a Copa do Mundo FIFA 2014, sejam incorporados como legado às políticas permanentes de segurança pública e defesa social, e utilizados nos grandes eventos por meio do custeio de serviços, conforme plano de trabalho, o qual integra o Termo de Cooperação (manutenção dos Centros Integrados de Comando e Controle - CICC's); 6) Autorização para aquisição pelo Departamento da Força Nacional de Segurança Pública de 30 viaturas para o cumprimento do pacto federativo pela cessão de policiais civis e peritos; 7) Apresentação do Relatório da Execução do FNPS - Exercício 2014.

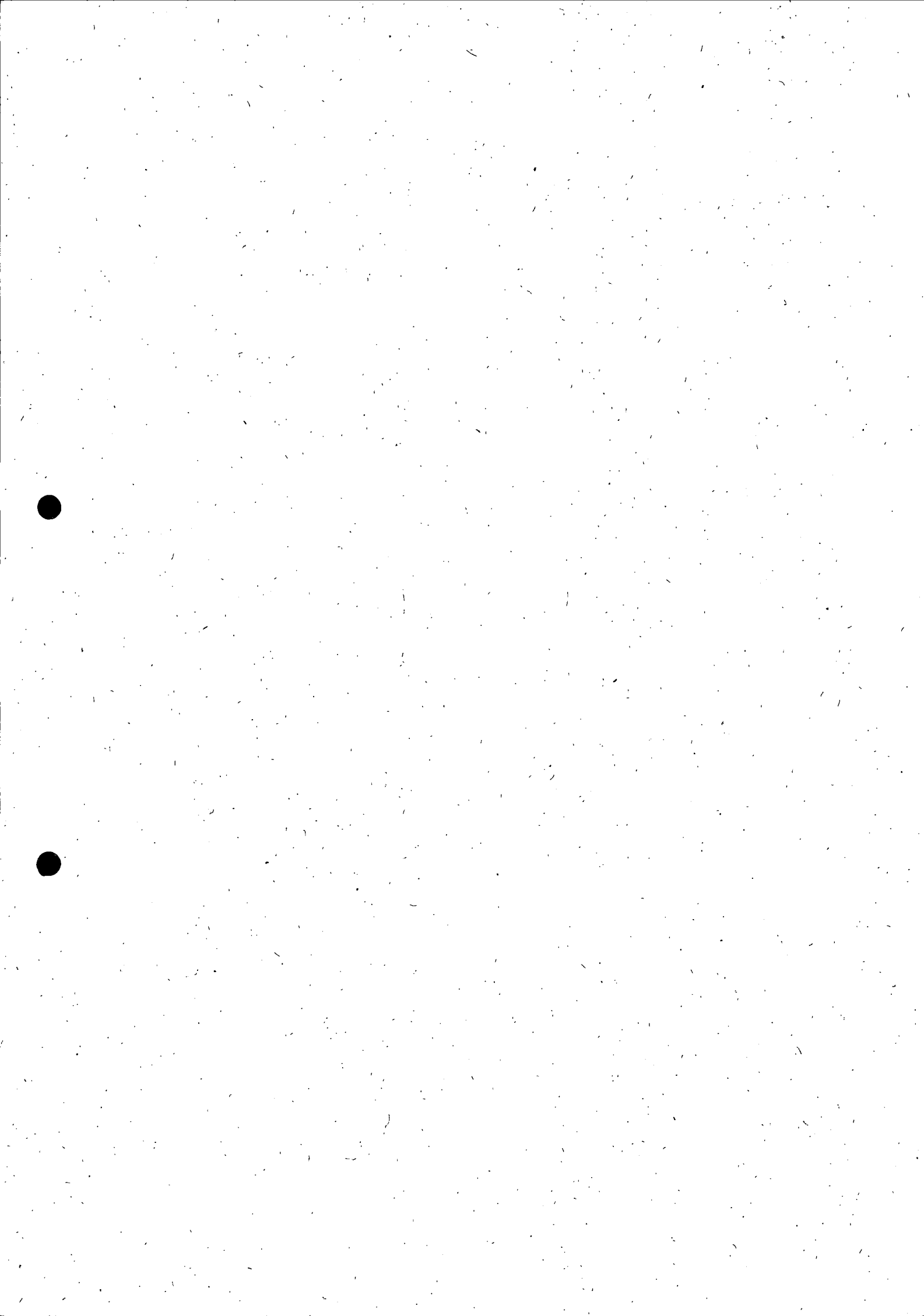
Em seguida, a ata da 97ª Reunião foi colocada em votação e aprovada. Continuando foi solicitada a antecipação do item 7 da pauta haja vista a necessidade da palestrante ter que ausentar-se em função de outro compromisso e, com a autorização do colegiado, a palavra foi passada para a Dra. Emi Kiuchi, Coordenadora-Geral Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Segurança Pública/DEAPSEG. Esta servidora relatou o orçamento do FNPS/2014: R\$ 623.320.869,00; o limite orçamentário: R\$ 372.240.562,18 e o valor executado: R\$ 361.659.324,35. Em seguida ela informou que a execução do Fundo teve as seguintes destinações: diárias; manutenção da Força Nacional; aquisições de veículos, munções; equipamentos de proteção; aquisição de pistolas; veículos para bombeiros; capacitação; pagamentos de parcelas de convênios celebrados em 2013; de contratos (SERPRO/SINESP/INFOSEG) e de convênios estaduais e municipais/2014. Neste contexto, os conselheiros indagaram sobre a execução das emendas parlamentares. A Dra. Emi explicou que dos R\$ 31.230.554,00 disponibilizados para as emendas impositivas foram executados R\$ 20.649.316,54 devido a impedimentos técnicos conforme registrado no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Após essas considerações, foi apresentado o Dr. Leonardo Rodrigo Ferreira, o qual substituirá o conselheiro Sidnei Borges Fidalgo neste Conselho, visto que ele o sucederá na função de Diretor do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública/SENASP. Por fim, registra-se que o citado relatório entrou em pauta conforme acordado pelo vice-presidente na 96ª Reunião Ordinária em função de dúvidas levantadas pelos conselheiros no decorrer daquela reunião.



Na seqüência o servidor, Pedro de Souza da Silva, Diretor Substituto do Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública, explicou que estas propostas decorrentes de emendas parlamentares foram aprovadas "ad referendum" pela Presidente do Conselho visto que o prazo estabelecido pelo Regimento Interno do Colegiado para a convocação do Conselho, e o prazo fixado pelas Portarias Interministeriais n.ºs. 39 e 40, ambas de 06/02/2014; n.º 247, de 01/08/14 e n.º 432, de 13/11/14, impossibilitaram a inclusão destas propostas na pauta da última reunião. Ademais, outros pleitos foram também aprovados, nesta mesma condição, porque foram concluídos nos dias finais do exercício de 2014, não havendo, portanto, tempo hábil para sujeição ao Conselho Gestor.

As 23 (vinte e três) propostas analisadas pelo Departamento de Programas Políticas e Projetos – (DEPRO) foram apresentadas pelas servidoras Priscilla Oliveira e Priscila Evangelista Dias. O servidor Wesley da Silva Borges abordou os aspectos técnicos das propostas que continham proposituras relacionadas ao videomonitoramento. Destas propostas, 15 (quinze) estão inscritas na ação orçamentária 8124 – Sistema Integrado de Prevenção da Violência e Criminalidade, a saber:

Nº de Proposta no SICONV	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNPS			
			Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)	
1	049099/2014	Consórcio Público da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - Granpal/RS	Implantação do Sistema Metropolitano de Ações de Prevenção à Violência nas Escolas do Consórcio Metropolitano da GRANPAL/RS. (Edital nº 05/2014 – SENASP)	852.780,72	760.848,00	1.613.628,72
2	046707/2014	Curitiba/PR	Fortalecimento da estrutura e capacidade de gestão integrada das políticas públicas de segurança e implantação de um novo modelo de patrulhamento preventivo comunitário em ambientes e logradouros públicos (Edital nº 05/2014 – SENASP)	340.961,00	331.039,00	672.000,00
3	048477/2014	Rio de Janeiro/RJ	O fortalecimento da Ouvidoria e da Corregedoria da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, a fim de que a fiscalização de seus servidores e as denúncias que versam sobre desvio de conduta sejam tratadas com maior celeridade e eficiência (Edital nº 05/2014 – SENASP)	389.528,96	61.288,00	450.816,96
4	048551/2014	Foz do Iguaçu/PR	Fortalecimento e estruturação da Corregedoria e Ouvidoria da Guarda Municipal e Incremento da Estrutura de Gestão de Projetos de Prevenção à Violência (Edital nº 05/2014 – SENASP)	181.175,00	179.830,00	361.005,00
5	048084/2014	Jundiaí/SP	Implementar as ações de Prevenção à Violência nas escolas do município e reforçar ações de prevenção à criminalidade (Edital nº 05/2014 – SENASP)	302.810,00	311.981,00	614.791,00
6	047334/2014	Esteio/RS	Expansão do Sistema Integrado de Ações de Prevenção à Violência nas Escolas do Município de Esteio (Edital nº 05/2014 – SENASP)	136.000,56	151.962,00	287.962,56
7	048973/2014	Natal/RN	Fortalecimento da Corregedoria e Ouvidoria da Guarda Municipal. (Edital nº 05/2014 – SENASP)	137.425,00	162.060,00	299.485,00
8	048471/2014	Campo Largo do Piauí/PI	Promoção de ações preventivas de Segurança Pública para a Juventude de Campo Largo (Edital nº 05/2014 – SENASP)	51.666,00	58.238,00	109.904,00
9	049109/2014	Valparaíso de Goiás/GO	Implantação e implementação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M para articular programas, projetos e ações governamentais voltados para a área da segurança e combate à violência que irão reforçar as ações contra a criminalidade no município, envolvendo atores municipais e representantes da sociedade civil (Edital nº 05/2014 – SENASP)	70.812,16	84.793,23	155.605,39
10	048574/2014	São Bernardo do Campo/SP	Implementação de ações de prevenção à violência contra adolescentes, jovens, idosos e mulheres no Município de São Bernardo do Campo (Edital nº 05/2014 – SENASP)	90.052,00	109.076,00	199.128,00

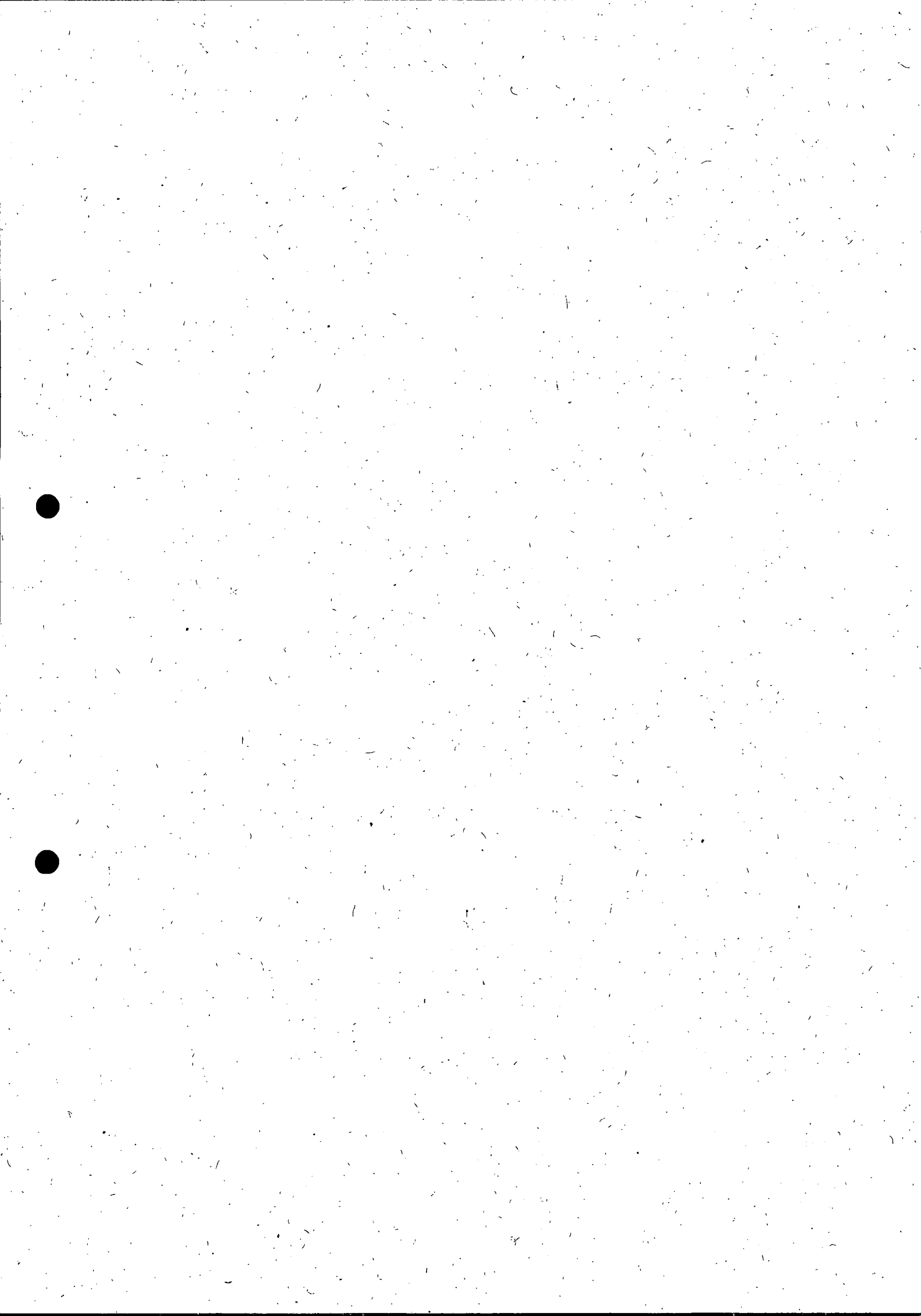


## Ata da 98ª Reunião Ordinária (continuação)

11	048050/ 2014	São Leopoldo/RS	Realização de ações de prevenção à violência nas escolas por intermédio da criação de uma rede de educação da Guarda Municipal de São Leopoldo por intermédio de diversos canais de comunicação para dialogar com o público escolar e a comunidade. Multiplicação de agentes promotores de uma cultura de paz e proteção aos direitos mediante a capacitação de jovens, para a divulgação das ações de segurança cidadã desenvolvidas pela Prefeitura. Fortalecimento e qualificação dos setores da Guarda Civil Municipal que atuam diretamente junto ao público escolar, em especial os serviços de ronda nas escolas, e, ainda, o setor de planejamento de políticas de educação voltadas à segurança. (Edital nº 05/2014 – SENASP)	553.681,97	547.742,76	1.101.424,73
12	024670/ 2014	Itupeva/SP	Implantação de sistema de videomonitoramento e reaparelhamento da guarda civil municipal de Itupeva (Emenda Parlamentar)	470.084,00	0,00	470.084,00
13	031665/ 2014	Franco da Rocha/SP	Modernização da Guarda Municipal de Franco da Rocha (Emenda Parlamentar)	250.000,00	0,00	250.000,00
14	032420/ 2014	Brotas/SP	Modernização da Guarda Municipal de Brotas (Emenda Parlamentar)	198.757,00	0,00	198.757,00
15	033552/ 2014	Guairá/SP	Modernização da Guarda Civil Municipal de Guairá (Emenda Parlamentar)	100.000,00	0,00	100.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>4.125.734,37</b>	<b>2.758.857,99</b>	<b>6.884.592,36</b>

E 08 (oito) propostas que estão enquadradas na ação orçamentária 20ID – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública, quais sejam:

	Nº de Proposta no SICONV	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNPS		
				Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
1	051814/ 2014	MA	Implementação da Delegacia Especial da Mulher de São Luis no âmbito da Casa da Mulher Brasileira (Port. nº 115/2014)	405.115,00	23.908,00	429.023,00
2	051969/ 2014	CE	Estruturação com equipamentos necessários ao desenvolvimento das atividades da Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres nas Casas da Mulher Brasileira, em Fortaleza/CE, bem como campanhas de prevenção e divulgação dos serviços a serem prestados pela DDM (Port. nº 115/2014)	484.641,30	50.117,74	534.759,13
3	051310/ 2014	MS	Estruturação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Município de Campo Grande/MS na Casa da Mulher Brasileira, com vista ao cumprimento da Lei Maria da Penha, que prevê assegurar e garantir o acesso ao atendimento integral e humanizado necessário às mulheres vítimas de violência. (Port. nº 115/2014)	805.155,00	62.760,32	867.915,32
4	034683/ 2014	MG	Reaparelhamento do Primeiro Batalhão de Minas Gerais por meio da aquisição de rádio digitais. (Emenda Parlamentar)	371.766,39	0,00	371.766,39
5	032574/ 2014	Santo Ângelo/RS	Implantação do sistema de Videomonitoramento no município de Santo Ângelo-RS (Emenda Parlamentar)	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00
6	033571/ 2014	Santa Gertrudes/SP	Implantação do sistema de videomonitoramento no município de Santa Gertrudes/SP (Emenda Parlamentar)	721.714,00	0,00	721.714,00
7	035861/ 2014	Paço do Lumiar/MA	Implantação do sistema de videomonitoramento no Município de Paço do Lumiar (Emenda Parlamentar)	1.470.678,32	0,00	1.470.678,32
8	031268/ 2014	São Pedro/SP	Implantação do sistema de videomonitoramento no município de São Pedro/SP (Emenda Parlamentar)	393.969,00	0,00	393.969,00
<b>TOTAL</b>				<b>5.653.039,01</b>	<b>136.786,06</b>	<b>5.789.825,16</b>



Encerrada a apresentação destas propostas, o presidente solicitou que todas as Notas Técnicas – NTs fossem revisadas tendo em vista que foram encontradas pequenas divergências de valores nas NTs das propostas de Brotas/SP e de Natal/RN. A equipe do DEPRO tomou nota das correções solicitadas. O presidente indagou ainda se havia coincidência de objetos entre a Proposta destinada ao Consórcio Público da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre – (GRANPAL) e as Propostas de Esteio/RS e de São Leopoldo/RS. A servidora Priscilla Oliveira esclareceu que São Leopoldo/RS não fazia parte do citado consórcio e a proposta de Esteio/RS tem objeto semelhante ao do GRANPAL, contudo, as ações destas duas propostas, são diferentes. O foco do consórcio é somente ronda nas escolas e o município de Esteio/RS não propôs nenhuma ação voltada à ronda escolar. Após estes esclarecimentos, as propostas foram colocadas em votação e o colegiado ratificou todas as aprovações sem objeções.

Continuando, o presidente solicitou a antecipação do item 06 da Pauta, e, com a aquiescência do Colegiado, a palavra foi passada para o servidor Davi Rogerio Artigas, Coordenador de Logística do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP). Este servidor explicou que a solicitação do DFNSP objetivava a aquisição de 30 (trinta) viaturas visando o cumprimento de acordo firmado entre o Ministério da Justiça/SENASP e os Estados pela cessão de policiais civis e peritos à Força Nacional. O servidor explicou que estas viaturas seriam doadas como pagamento da contrapartida aos Estados pela cessão de efetivo à Força num período de 12 (doze) meses. O Dr. Artigas explicou que as trinta viaturas solicitadas irão atender a polícia civil e perícias estaduais, visto que pelos cálculos feitos na tabela de efetivos cedidos chegou-se a um total de 30 (trinta) viaturas, sendo 19 (dezenove) para as Polícias Civis e 11 (onze) para as Perícias. Ele explicou que foi acordado que para cada 05 policiais civis cedidos serão doadas duas viaturas e, para cada 04 cedidos, uma. Na perícia, para cada perito cedido será doada uma viatura. Foi esclarecido que a aquisição será feita por meio do Pregão Eletrônico nº 49/2013. Finda a exposição, o colegiado aprovou o pedido feito cujo valor total estimado foi de R\$ 1.289.970,00 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta reais), os quais estão enquadrados no âmbito da ação orçamentária 2B00 - Força Nacional de Segurança Pública.

A exposição das propostas vinculadas ao Departamento de Pesquisa e Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – (DEPAID) foi iniciada pelo servidor Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto. Este servidor declarou que estas propostas eram continuidade do Edital nº 01/2014-SENASP, o qual selecionou propostas que continham cursos de pós-graduação *latu sensu*, a serem ministrados por universidades, no âmbito da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP). O servidor explicou que das 13 (treze) propostas em pauta, 02 (duas) foram aprovadas *ad referendum* pela Presidente, pelos motivos anunciados no início da reunião, e 11 (onze) referiam-se ao exercício de 2015. Dito isso, ele convidou o servidor Moab Batista de Lucena para exposição individual dos pleitos, o qual ressaltou que todas as propostas deste bloco solicitavam cursos de pós-graduação *lato sensu*, com especialização em segurança pública, cujas temáticas estavam de acordo com a Matriz Curricular Nacional estabelecida pela SENASP. Ademais, ele destacou os seguintes aspectos: a carga horária dos cursos está entre 360h e 380h; as turmas são para 40 alunos e o público alvo são policiais civis, policiais militares, bombeiros militares, profissionais de perícia forense e guardas municipais. Em seguida ele fez a apresentação individual das propostas, iniciando pelas duas aprovadas no exercício anterior, a saber:

	Nº de Proposta no SICONV	UF	Objeto da Proposta	Valor do FNSP		
				Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
18	08020.000 955/2014-44	UNIR/RO	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Segurança Pública e Direitos Humanos (Edital nº 01/2014 – SENASP)	0,00	168.800,00	168.800,00





## Ata da 98ª Reunião Ordinária (continuação)

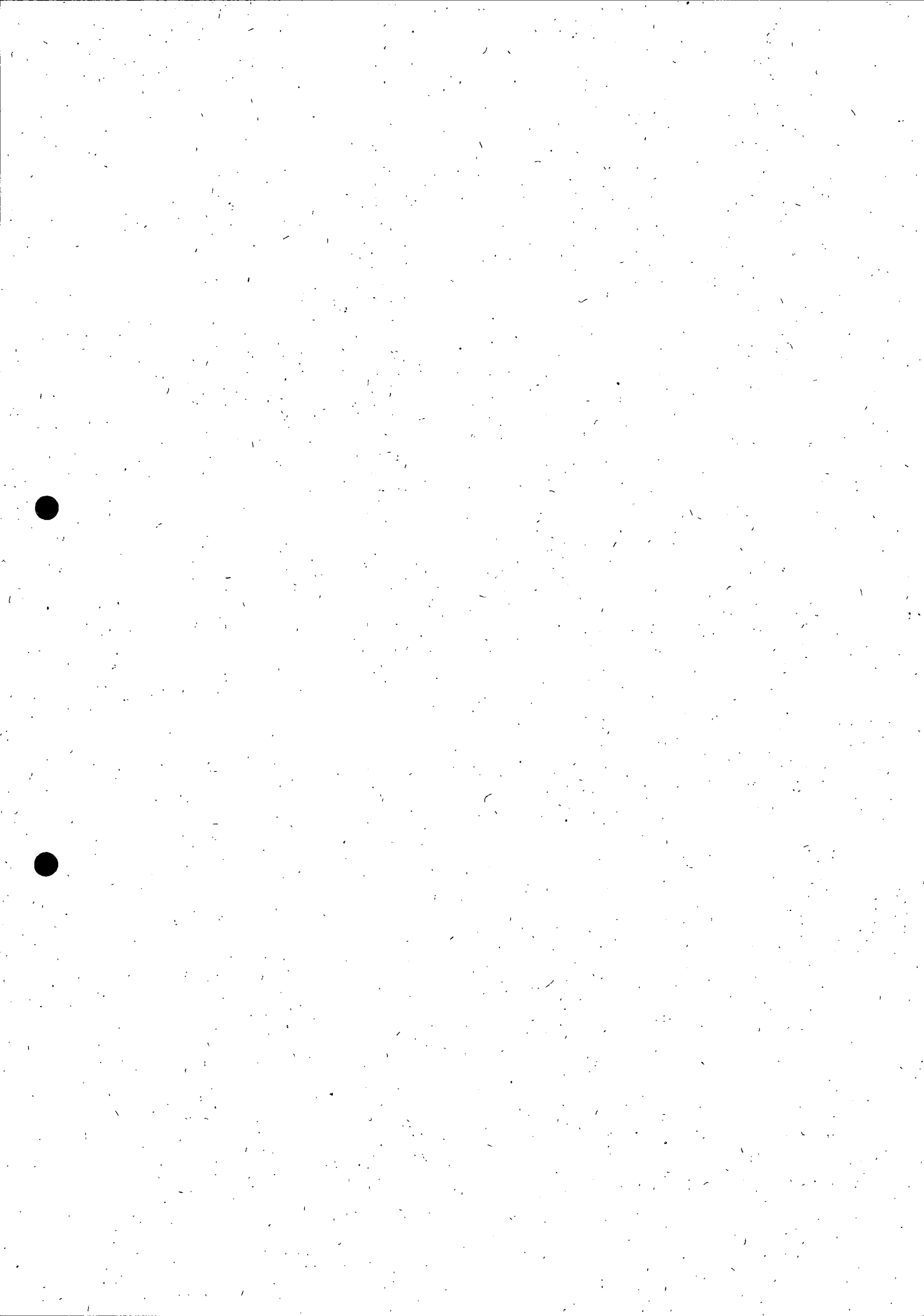
19	08020.000 959/2014-22	UFSC/SC	Curso de pós-graduação lato sensu, nível Especialização, em Tecnologias da Informação e Comunicação aplicadas à Segurança Pública e Direitos Humanos (Edital nº 01/2014 – SENASP)	0,00	206.100,00	206.100,00
<b>TOTAL</b>				<b>0,00</b>	<b>374.900,00</b>	<b>374.900,00</b>

Ato contínuo, ele expôs as propostas referentes ao exercício financeiro de 2015, quais sejam:

	Nº de Proposta no SEI ou MJdoc	IES/UF	Objeto da Proposta	Valor do FNPS		
				Capital (R\$)	Custeio (R\$)	Total (R\$)
1	08020.000952/ /2014-19	UFMT/MT	Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> , nível especialização, em Políticas de Segurança Pública e Direitos Humanos	0,00	269.876,10	269.876,10
2	08020.000967/ /2014-79	UFMG/MG	Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> , nível especialização, em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública	0,00	268.393,37	268.393,37
	08020.000957/ 2014-33	UFS/SE	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nível Especialização, em Gestão e Modernização Institucional da Segurança Pública	0,00	268.141,00	268.141,00
4	08020.000958/ 2014-88	UFS/SE	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nível Especialização, em Criminalidade Violenta, Controle Social e Políticas Públicas	0,00	269.417,42	269.417,42
5	08020.000961/ 2014-00	UFC/CE	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nível Especialização, em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública	0,00	259.960,00	259.960,00
6	08020.000962/ 2014-46	UFRGS/RS	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nível Especialização, em Segurança Cidadã, Direitos Humanos e Diversidade	0,00	260.000,00	260.000,00
7	08020.000965/ 2014-80	UFMA/MA	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nível Especialização, em Cidadania, Direitos Humanos e Gestão da Segurança Pública	0,00	269.989,38	269.989,38
8	08020.000963/ 2014-91	UNIFAP/AP	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nível Especialização, em Segurança Pública na Fronteira do Platô das Guianas	0,00	253.539,16	253.539,16
9	08020.000970/ 2014-92	UFG/GO	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nível Especialização, em Criminologia e Segurança Pública	0,00	268.732,41	268.732,41
	08020.000953/ 2014-55	UFBA/BA	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nível Especialização, em Políticas e Gestão de Segurança Pública	0,00	269.995,02	269.995,02
11	08020.000954/ 2014-08	UFBA/BA	Curso de pós-graduação <i>lato sensu</i> , nível Especialização, em Prevenção da Violência, Promoção da Segurança e Cidadania.	0,00	269.995,02	269.995,02
<b>TOTAL</b>				<b>0,00</b>	<b>2.928.038,88</b>	<b>2.928.038,88</b>

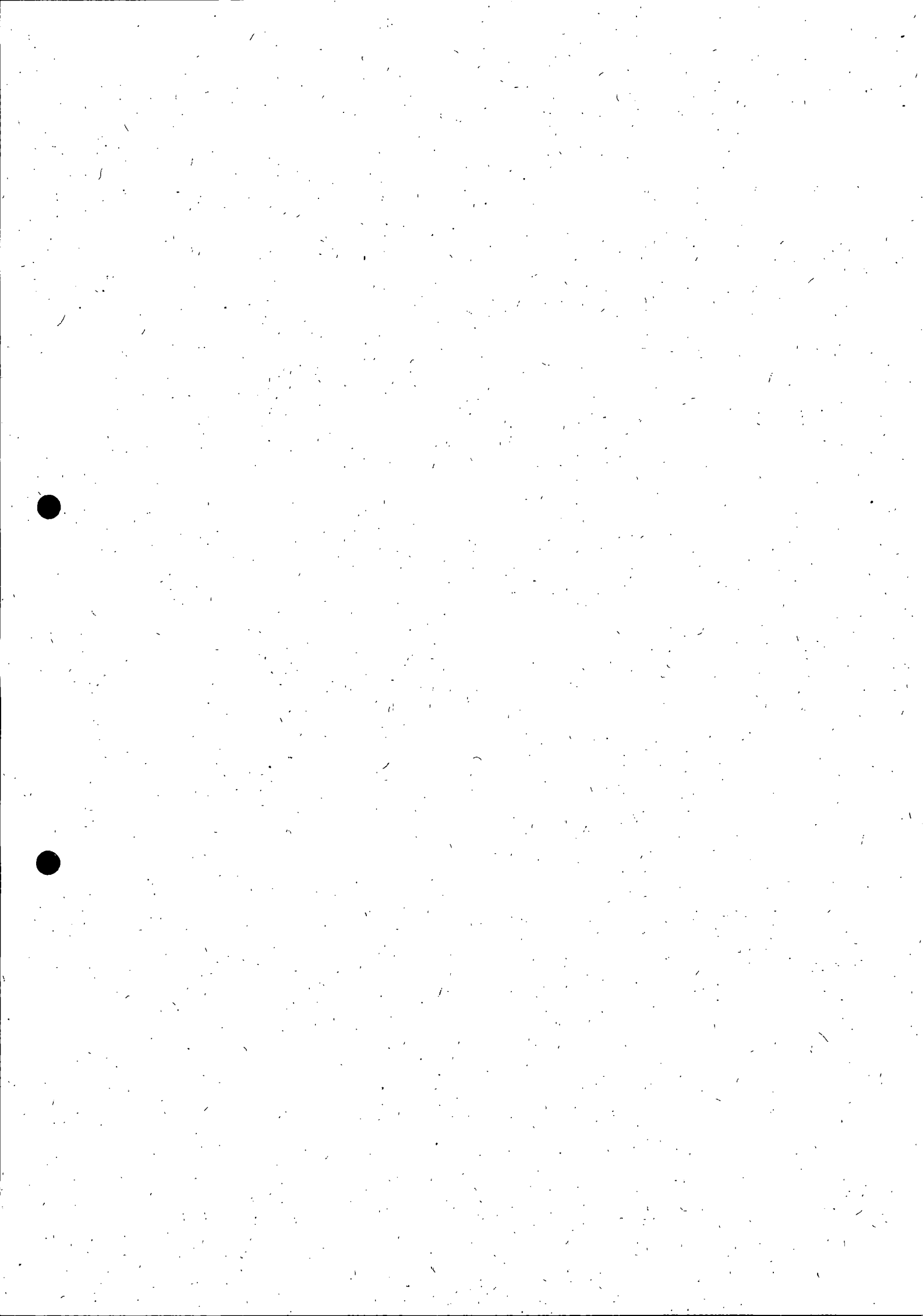
Registra-se que ao longo da exposição foram respondidas as dúvidas e os questionamentos apresentados pelos conselheiros. Com a palavra, o presidente colocou em votação as duas propostas aprovadas *ad referendum*, as quais tiveram sua aprovação ratificada. Na sequência, as onze propostas/TEDs, referentes ao exercício de 2015 foram submetidas à avaliação do colegiado que aprovou estas propostas sem objeções. Cabe consignar que estes pleitos estão inseridos na ação orçamentária 2320 - Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional.

O item 4 da Pauta – Autorização para o pagamento de despesas no âmbito do Contrato nº 45/2013, celebrado entre a da SENASP e o Serviço Federal de Processamento de Dados – foi exposto pela servidora Luana Manuella de Sales Mendes. O presidente da sessão esclareceu que o pleito em pauta



tratava-se de despesas previstas no contrato referente ao exercício de 2014. Com a palavra, a servidora informou que o valor total estimado dos serviços especificados no contrato firmado com o Serpro para o período de 2014 foi de R\$ 50.398.637,38, os quais se destinavam para os seguintes serviços: 1) Desenvolvimento e manutenção de sistemas; 2) Central de Atendimento 1º nível; 3) Atendimento especializado; 4) Suporte técnico; 5) Consultoria em TI; 6) Processo produtivo da solução Sinesp; 7) Processo de homologação e treinamento da Solução Sinesp; 8) Contingência do processo produtivo – módulo operacional; 10) Treinamento presencial curta duração; 11) treinamento presencial longa duração; 12) Treinamento vídeo conferência; 13) Ensino à distância – Gestão da Escola; 14) Ensino à distância – Construção de conteúdo educacional; 15) Ensino à distância – tutoria; 16) Certificado digital e 17) Serviço de autoridade registradora. Ela explicou que no contrato existem serviços que são previstos anualmente, e um volume de atendimento que é estabelecido para cada serviço. Porém, nem todos os serviços foram atendidos no respectivo volume porque havia pendências de atendimento entre uma atividade e outra. Diante disso, alguns serviços não foram executados no período devido à inexistência de demanda específica, a qual surgirá de acordo com a evolução do projeto Sinesp. Outros pontos destacados pela servidora foram os seguintes: 1) as ferramentas são construídas em linguagens e tecnologias diferentes dependendo da complexidade envolvida, e, para cada linguagem/tecnologia, existe uma forma distinta de orçar; 2) as métricas são calculadas por hora ou por ponto de função, o que provoca uma variação nos valores cobrados. A servidora destacou que, pelos motivos mencionados, nem todo o recurso previsto para o contrato foi utilizado. Neste contexto, o presidente explicou que este contrato estava sendo renegociado porque, ao longo da execução, viu-se a necessidade de adequá-lo visto que nesta fase já é possível definir de forma mais precisa os produtos e serviços necessários para o projeto. No decorrer da exposição foram respondidas as indagações feitas pelos conselheiros. Na sequência, o colegiado ratificou a aprovação do pleito, contudo, cabe consignar que o valor efetivamente empenhado e assinalado na nota de técnica de aprovação do pleito foi de R\$ 38.020.350,24. Registra-se que estes gastos estão inscritos na ação orçamentária 201D – Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública. Por fim, o presidente da sessão solicitou que na próxima reunião fosse feita uma exposição ao conselho na qual fossem discutidos os seguintes tópicos: detalhar melhor os motivos da não execução do valor previsto; expor os módulos do Sinesp que estão prontos e em desenvolvimento/produção; informar o volume de acesso ao Sinesp e como estão ocorrendo estes acessos; demonstrar a evolução do Sinesp e destacar qual o planejamento previsto para o orçamento deste exercício.

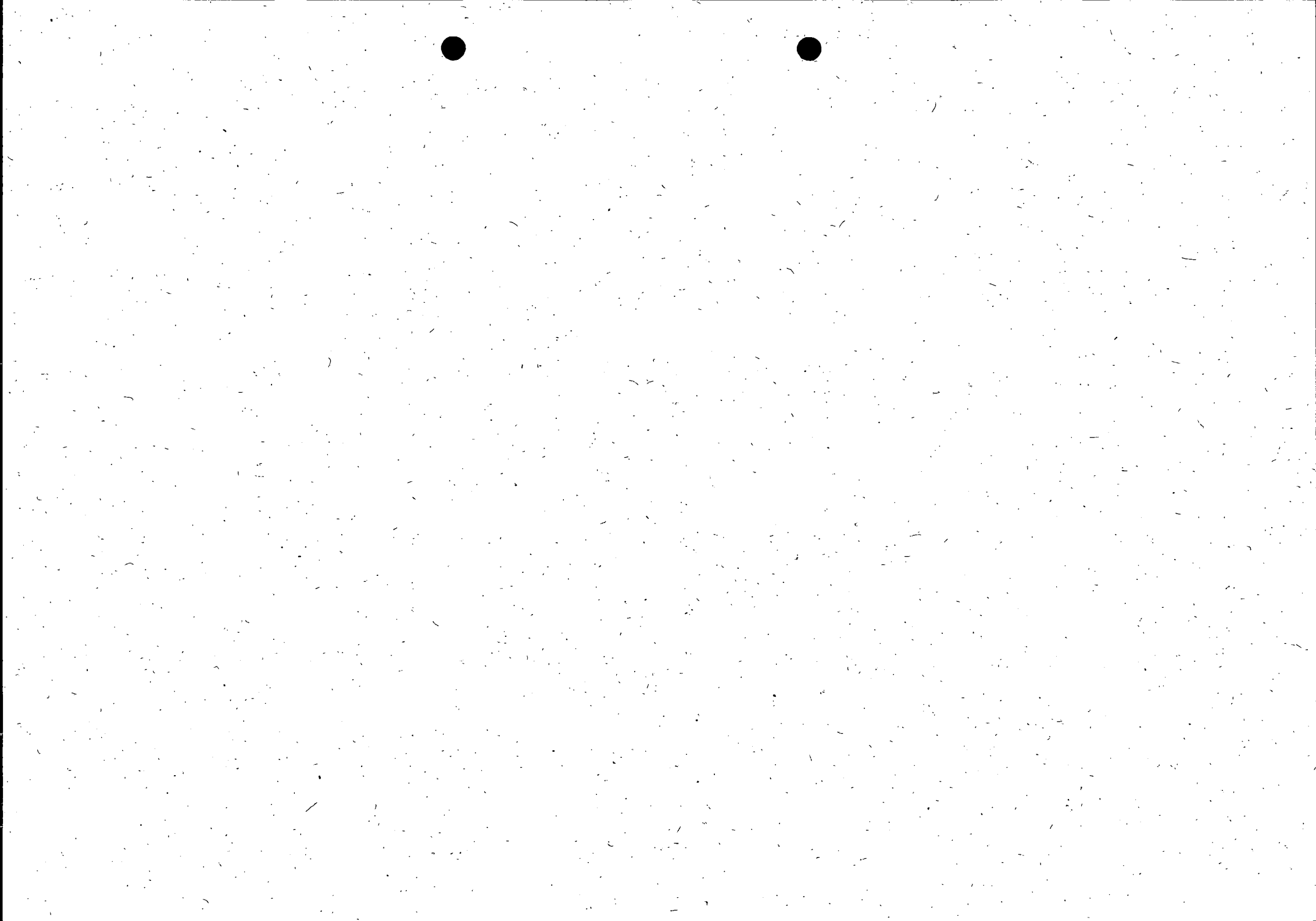
Continuando, o item 5 da pauta referente à apreciação do Termo de Execução Descentralizado entre a SENASP e a SESGE foi apresentado pelo servidor João Henrique Wilkon Marques, Diretor de Administração/SESGE/MJ, o qual estava acompanhado do servidor Rinaldo de Souza, Coordenador-Geral de Projetos de TI/SESGE/MJ. O Dr. João Henrique explicou que a SESGE implementou o Sistema Integrado de Comando e Controle – (SICC) para a execução das atividades de segurança nos grandes eventos. Disto isso, ele fez uma breve exposição sobre o sistema, destacando que para a integração das ações foi necessária a criação de uma estrutura física e lógica, a saber: os Centros Integrados de Comando e Controle – (CICC). Estes centros foram localizados nas capitais de 11 estados, quais sejam: AM, BA, CE, MG, MT, PE, PR, RJ, RN, RS e SP, e um nacional na sede da Polícia Rodoviária Federal, em Brasília/DF. Nesse contexto, ele esclareceu que todos os CICCs foram custeados pela União visando à segurança da Copa do Mundo FIFA 2014 e estes centros, por sua vez, estavam conectados ao Centro Integrado de Controle Nacional. Na sequência, ele rapidamente esclareceu que fisicamente os CICCs são compostos por uma sala cofre e por uma estrutura de operação composta por diversos ambientes, sendo a base comum a todas as unidades uma Sala Núcleo de Operações e uma Sala de Gerenciamento de Crises, e outros ambientes de acordo com a estrutura disponível em cada centro. Para que houvesse a integração lógica de todo o SICC foi montada uma rede de dados corporativa com a contratação de empresas para promover interconexão entre os sistemas dos CICCs, dentre outras atividades. Após este preâmbulo, ele informou que a TED entre a SENASP e a SESGE foi motivada pelo interesse da União na continuidade



do investimento feito, que totalizou mais de um bilhão de reais ao longo do período. E acrescentou que devido ao sucesso do Sistema, o qual se mostrou eficiente quando da sua utilização, o Governo vai expandir esta ideia para os Estados da Federação que não foram beneficiados pelos centros. Ele destacou que o pedido, referente a TED n.º 02/2014 visa o custeio dos serviços de links de dados para continuidade da interconexão e o funcionamento integrado os centros estaduais e o nacional até 31/12/2014. Dito isso, ele informou que foi observado que no exercício de 2014 os estados não contrataram serviços objetivando a manutenção dos CICC's devido à falta de previsão orçamentária, e também porque a SESGE não tinha ainda efetivado formalmente a doação dos equipamentos/rede lógica alocados nos centros para os respectivos estados. Dando prosseguimento, o Dr. João Henrique ressaltou também o objeto da TED n.º 03/2014, a saber: o custeio e gestão dos serviços de links de dados para continuidade da interconexão e o funcionamento integrado entre os CICC's dos Estados e o Nacional; manutenção da infraestrutura física e lógica do SICC, referentes à solução sala-cofre, rede corporativa de dados e suporte de TI e Comunicação, até 31 de dezembro de 2015. O servidor explicou que após estudos chegou-se à conclusão que sem estes principais objetos de manutenção o sistema não funcionaria, portanto, foi acordado que eles seriam custeados pela SENASP uma vez que a grande maioria destes estados não participará das Olimpíadas/2016, o que conseqüentemente foge do escopo de atuação da SESGE, que atua somente em ações de segurança voltadas para grandes eventos. Sendo assim, em razão do conhecimento adquirido pela SESGE na implantação destes centros, foi ajustado que a contratação será feita por aquela Secretaria e o custeio pela SENASP. Em seguida, o citado servidor destacou que nas TEDs estão previstas obrigações tanto para as duas Secretarias como também para as Secretarias Estaduais. Neste contexto, o Dr. João Henrique explicou que os estados estão sendo conscientizados de que neste ano deverão fazer a previsão orçamentária, quando da elaboração do orçamento estadual para 2016, com a finalidade de garantir tais manutenções, tendo em vista que a União custeará estes gastos somente até 31/12/2015. Neste sentido, o MJ está firmando acordo de cooperação com estes estados visando aspectos como: a garantia da incorporação do modelo de integração utilizado durante a Copa do Mundo FIFA 2014 à rotina operacional dos órgãos de Segurança Pública e Defesa Social, mediante o estabelecimento de regras e requisitos para a integração de instituições e sistemas de forma continuada, e critérios e procedimentos de doação, da União para os Estados, e de fiscalização dos bens e soluções integrantes do CICC estaduais. Em seguida, foram informadas as referências utilizadas na previsão dos valores solicitados, bem como os gastos de 2014 e a previsão para 2015, a saber:

Objeto	Exercício 2014 (TED N° 02/2014)	Exercício 2015 (TED N° 03/2014)	Referência
Links	R\$ 2.662.697,60	R\$ 12.641.756,28	Contratação vigente
Manutenção Sala-Cofre	-	R\$ 9.975.002,07	Pesquisa de mercado
Suporte Sistema Integrador	-	R\$ 15.696.000,00	Contratação anterior
<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 2.662.697,60</b>	<b>R\$ 48.312.758,35</b>	

Finda a exposição, abriu-se uma rodada de discussão na qual os conselheiros tiraram dúvidas e fizeram colocações sobre diversos temas como: 1) situação do contratado dos links e dos processos licitatórios destinados à manutenção da sala cofre e suporte do sistema integrador; 2) continuação dos projetos/programas desenvolvidos nos estados-sedes da copa/2014 pela SENASP, considerando que não compete à SESGE dar prosseguimento às ações voltadas à segurança pública ordinária/habitual desses Estados, uma vez que a sua finalidade é atuar em ações extraordinárias dirigidas tão-somente para a segurança de grandes eventos; 3) importância da preservação dos CICC's estaduais na segurança pública diárias dessas localidades; 4) relevância do acesso dos links estaduais pela União, uma vez que os dados extraídos destes links poderão auxiliar no fomento de políticas públicas nacionais; 5) CICC's no contexto do SINESP, dentre outros. Após estas manifestações, o presidente informou que estava em pauta somente a TED n.º 02/2014, contudo, tendo em vista que a TED referente ao presente ano tratava-se de uma complementação



da anterior, optou-se pela exposição simultânea das duas. Ante o exposto, ele solicitou ao colegiado a inclusão extra pauta da TED nº 03/2014 e os conselheiros acataram o pedido feito. Ato contínuo, o colegiado ratificou a aprovação do valor R\$ 2.662.697,60 (dois milhões seiscentos e sessenta e dois mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) que diz respeito às despesas afetas ao exercício anterior, conforme Nota Técnica nº 29/2014-SENASP/MJ, e aprovou o gasto de R\$ 48.312.758,35 (quarenta e oito milhões trezentos e doze mil setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e cinco centavos), o qual custeará despesas relacionadas ao exercício financeiro de 2015, consoante Nota Técnica nº 01/2015/ASS SENASP. Cabe consignar que o presidente, ao proferir o voto, declarou que aprovava estes pleitos com ressalva e advertiu à SENASP que numa situação semelhante convoque uma reunião extraordinária para que o conselho se manifeste antecipadamente e não a *posteriori* sobre questões como estas. Dito isso, o servidor Pedro de Souza da Silva explicou que foi expedida portaria pelo Ministro da Justiça, na qual foi definido que o último dia de empenho seria o dia 05/12/2014, em razão disto, a última reunião do colegiado foi agenda para o dia 28/11/2014, todavia estas TEDs ainda estavam em tratativas internas entre a SENASP e a SESGE, e os valores estavam sendo calculados. A finalização das TEDs ocorreu na data final de empenho, logo não houve tempo hábil para inseri-las na pauta da última reunião. Após este esclarecimento, o presidente declarou que, ainda assim, mantém o seu posicionamento, pois havia outros meios de a SENASP manter o colegiado informado sobre a esta decisão, como por exemplo, por e-mail. Por fim, registra-se que estes gastos estão inseridos no âmbito da ação orçamentária 201D – Apoio à Estruturação, Reparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública.

Encerrados os assuntos de pauta, o presidente concedeu a palavra para o conselheiro Luiz Clóvis Guido Ribeiro, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Com a palavra, ele informou que na 96ª Reunião Ordinária do Colégio a Presidente o havia incumbido de buscar informações junto a SDH sobre o Acórdão nº 794/2014 – TCU- Plenário, o qual determinou que o FNISP financiasse serviço de proteção especial para depoentes especiais nos programas de proteção da SDH. Ele informou que naquela ocasião a presidente declarou que, no entendimento dela, o FNISP não poderia financiar este tipo de serviço por falta de amparo legal. Por outro lado, segundo ele, este acórdão determinou que a SDH estimulasse os estados a propor a criação de programas com esta finalidade. Dito isso, o conselheiro explicou que a sua demanda era que este assunto fosse levado à Consultoria Jurídica do MJ para ela analisar este acórdão e verificar se existe ou não a possibilidade de o fundo financiar estes programas. Ele acrescentou que a SDH está estimulando os estados a criar estes programas, sendo assim, certamente, eles virão à SENASP solicitando este apoio financeiro. Razão pela qual ele entendia ser necessária uma posição oficial da SENASP a respeito deste assunto. Ante o exposto, o presidente declarou que concordava com a colocação feita e indagou ao Conselheiro se ele tinha noção do valor necessário para tal empreendimento. O conselheiro informou que na SDH existem três programas de proteção, a saber: programas defensores; programa de proteção a vítimas e testemunhas; e programa de proteção de criança e adolescentes ameaçados. Ele destacou que dependendo do programa e do estado o valor de uma sala pode ser estimado entre 300 e 500 mil reais, porém ele achava melhor que este valor fosse calculado pelos responsáveis pelos programas. Finalizada a exposição, o presidente solicitou ao conselheiro que elaborasse uma nota técnica apresentando a demanda/os valores ao colegiado para envio posterior à Consultoria Jurídica do MJ.

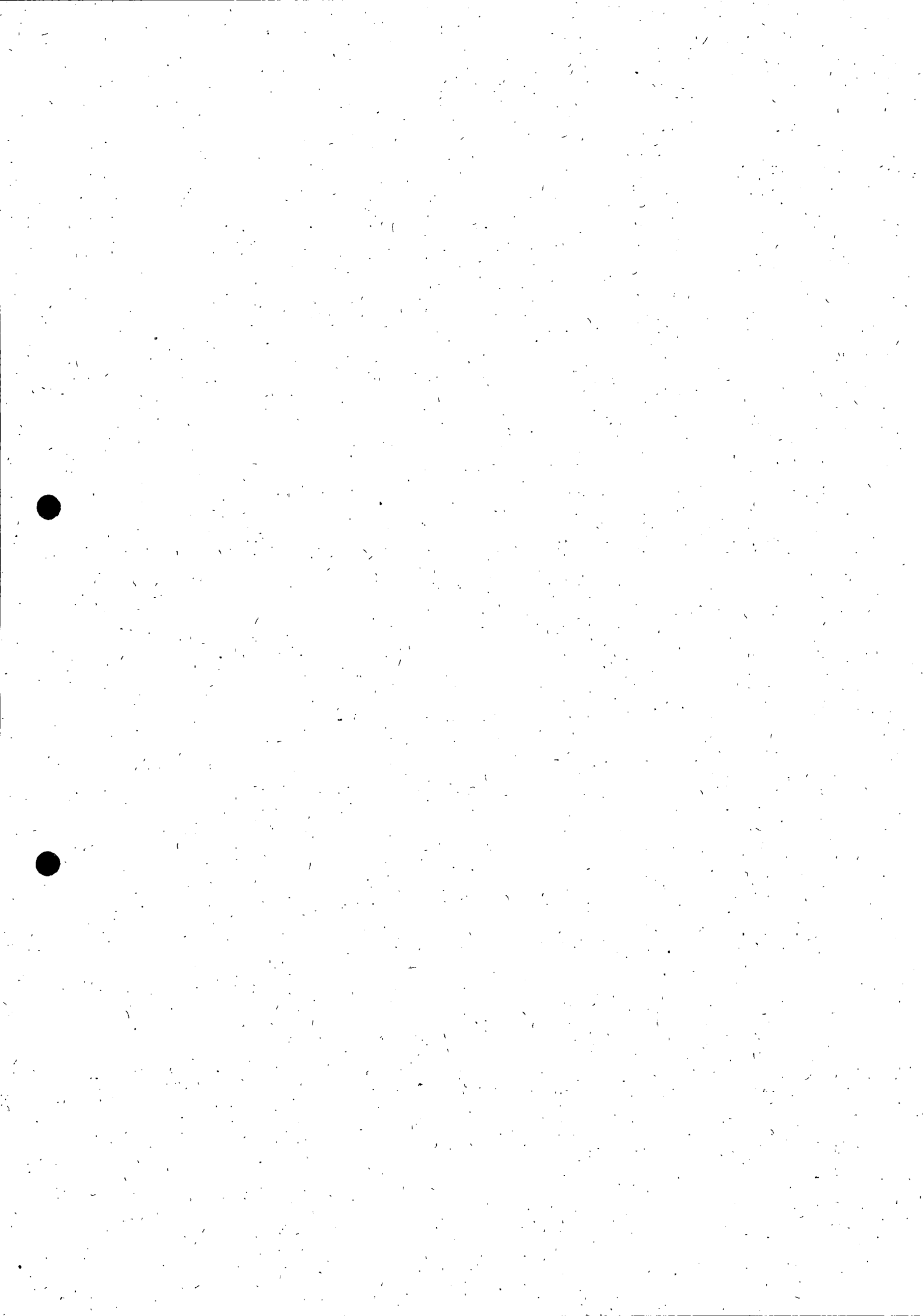
Nada mais havendo para tratar, o presidente da sessão encerrou a reunião às dezessete horas e quarenta e cinco minutos deste dia. E, para constar, esta Ata que, depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do conselho gestor.

  
Rogério Guimarães

Ministerio da Justiça/ Presidente da Sessão

Ausentes

Presidente e vice-presidente do CGFNSP







**Augusta Aiko Umeda Kuhn**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Não representada**  
Casa Civil da Presidência da República



**Myron Moraes Pires**

Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Luiz Clóvis Guido Ribeiro**

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência  
da República

